

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 500.834 - MG (2019/0086344-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DAN KENNER OLIVEIRA EXPEDITO
ADVOGADO : DAN KENNER OLIVEIRA EXPEDITO - MG158251
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEANDRO GERALDO DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LEANDRO GERALDO DE OLIVEIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do art. 311 do Código Penal, Adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência de fundamentação, bem como dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Aduz que o paciente é réu primário, requerendo, assim, a revogação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a substituição da custódia por medidas cautelares alternativas à prisão.

A liminar foi deferida (fl. 44-46).

As informações foram prestadas (fls. 52-81).

O parecer do Ministério Público Federal foi pela prejudicialidade da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

De acordo com as informações constantes dos autos, o Tribunal de origem concedeu a ordem, determinando, assim, a soltura do paciente, conforme acórdão assim ementado (fl. 59):

EMENTA: HABEAS CORPUS – ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR – NEGATIVA DE AUTORIA – EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS – NÃO CABIMENTO. WRIT NÃO CONHECIDO. A tese de negativa de autoria é matéria que demanda aprofundado exame de provas, o que se mostra impróprio na via estreita do Habeas Corpus. MÉRITO – LIBERDADE PROVISÓRIA – POSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART.312 DO CPP – PACIENTE PRIMÁRIO – ORDEM CONCEDIDA.- A prisão cautelar representa medida extrema. Assim, não havendo a adequação fática aos pressupostos processuais penais deve ser concedida a ordem.[...]

Assim, concedida a liberdade provisória, não há como negar a perda

Superior Tribunal de Justiça

superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

